

CARLOS ALBERTO DA MOTA PINTO

*Professor Catedrático da Faculdade de Direito de Coimbra*

# TEORIA GERAL DO DIREITO CIVIL

5.<sup>A</sup> EDIÇÃO

REIMP. DA 4.<sup>A</sup> EDIÇÃO POR:

ANTÓNIO PINTO MONTEIRO

*Professor Catedrático da Faculdade de Direito de Coimbra*

PAULO MOTA PINTO

*Professor Associado da Faculdade de Direito de Coimbra*



GESTLEGAL

# ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	17
<b>1.</b> Âmbito da Teoria Geral do Direito Civil .....	17
<b>2.</b> O problema da Parte Geral do Código Civil e da existência de uma disciplina de Teoria Geral .....	17
<b>3.</b> Conteúdo da Teoria Geral do Direito Civil. Plano do curso .....	22
<b>4.</b> Divisão da Teoria Geral do Direito Civil: Teoria Geral do Ordenamento Jurídico Civil e Teoria Geral da Relação Jurídica Civil .....	25
<b>5.</b> O Direito Civil como parte do Direito Privado .....	35
<b>6.</b> Direito Público e Direito Privado .....	36
<b>7.</b> Alcance prático da distinção entre Direito Público e Direito Privado ...	44
<b>8.</b> O Direito Civil como Direito Privado Comum. O direito comercial e o direito do trabalho. A autonomia de outros ramos de direito, v. g., o direito agrário e o direito do consumidor .....	47
<b>9.</b> O direito do consumidor .....	54
<b>10.</b> Sentido do direito civil: a autonomia da pessoa, a igualdade, a disciplina da vida quotidiana do homem comum .....	58
<b>11.</b> Sequência .....	61

## I PARTE

### TEORIA GERAL DO ORDENAMENTO JURÍDICO CIVIL

<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>FONTES DO DIREITO CIVIL PORTUGUÊS</b> .....	63
<b>12.</b> Formas de surgimento das normas jurídicas civis .....	63
<b>13.</b> Diplomas fundamentais do direito civil português .....	69
<b>14.</b> As normas aplicáveis às relações de direito civil. Direito Civil e Direito Constitucional. Aplicação de normas constitucionais às relações entre particulares .....	71
<b>15.</b> O Código Civil português: as circunstâncias históricas da sua elaboração e a legislação anterior .....	81
<b>16.</b> O Código Civil de 1966: características do tipo de formulações legais utilizado .....	85

<b>17.</b> O sistema do Código Civil de 1966: coordenação da Parte Geral e das Partes Especiais .....	91
<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>OS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO DIREITO CIVIL PORTUGUÊS</b>	95
§ 1.º Introdução .....	95
<b>18.</b> A existência de princípios básicos do direito civil. Carácter histórico desses princípios de ordenação sistemática interna. A auto-nomia e a igualdade como seus pressupostos actuais .....	95
§ 2.º O reconhecimento da pessoa e dos direitos de personalidade .....	98
<b>19.</b> O reconhecimento da personalidade jurídica de todos os seres humanos	98
<b>20.</b> O reconhecimento de um círculo de direitos de personalidade .....	100
§ 3.º A autonomia privada.....	102
<b>21.</b> A autonomia privada e a liberdade contratual, manifestação daquela no domínio dos contratos .....	102
<b>22.</b> Aspectos contidos no princípio da liberdade contratual: a liberdade de conclusão ou celebração dos contratos e a liberdade de modelação do conteúdo contratual. As cláusulas contratuais gerais e os contratos de ou por adesão .....	107
<b>23.</b> Domínio principal de aplicação da liberdade contratual: os contratos obrigacionais .....	117
<b>24.</b> Referência esquemática às principais figuras e problemas disciplinados pelo Direito das Obrigações.....	118
<b>25.</b> O princípio da liberdade contratual, o mercado e o sistema económico e social.....	121
§ 4.º A boa fé.....	124
<b>26.</b> O princípio da boa fé .....	124
§ 5.º A responsabilidade civil.....	128
<b>27.</b> Noção. Características gerais .....	128
<b>28.</b> Responsabilidade por actos ilícitos, responsabilidade pelo risco e responsabilidade por actos lícitos. Evoluções recentes: a responsabilidade do produtor ou do fabricante .....	132
<b>29.</b> Responsabilidade contratual e responsabilidade extracontratual; a chamada «terceira via».....	137

§ 6.º A concessão de personalidade jurídica às pessoas colectivas.....	138
<b>30.</b> A personalidade colectiva e os tipos de pessoas colectivas .....	138
<b>31.</b> Natureza da personalidade colectiva .....	139
§ 7.º A propriedade privada .....	144
<b>32.</b> O problema do domínio sobre os bens como problema fundamental de uma sociedade .....	144
<b>33.</b> Fenomenologia da propriedade ao longo da história e no momento actual .....	145
<b>34.</b> Características do direito de propriedade no nosso sistema jurídico ...	151
<b>35.</b> Os direitos reais limitados .....	155
§ 8.º A relevância jurídica da família .....	158
<b>36.</b> A família, como realidade natural e social, perante o Direito legislado ....	158
<b>37.</b> Referência sumária ao Direito da Família português .....	160
§ 9.º O fenómeno sucessório ou sucessão por morte .....	168
<b>38.</b> O destino das relações jurídicas após a morte do seu titular .....	168
<b>39.</b> Referência sumária ao direito sucessório português .....	171

## II PARTE

### TEORIA GERAL DA RELAÇÃO JURÍDICA. PRELIMINARES

<b>40.</b> Conceito de relação jurídica .....	
<b>41.</b> Estrutura da relação jurídica (enunciado geral) .....	177
<b>42.</b> Estrutura da relação jurídica (cont.): direitos subjectivos propriamente ditos e direitos potestativos .....	178
<b>43.</b> Estrutura da relação jurídica (cont.); o dever jurídico e a sujeição ....	178
<b>44.</b> Estrutura da relação jurídica: relação jurídica simples ou singular e relação jurídica complexa .....	184
<b>45.</b> Elementos da relação jurídica: sujeitos, objecto, facto jurídico e garantia....	186
	189

### I

#### TEORIA GERAL DOS SUJEITOS DA RELAÇÃO JURÍDICA

<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>GENERALIDADES</b> .....	193
<b>46.</b> O sujeito de direito. Personalidade e capacidade jurídica .....	193

47. Capacidade jurídica e capacidade para o exercício de direitos .....	194
48. O problema dos direitos sem sujeito .....	196
49. Modalidade do sujeito das relações jurídicas: pessoas singulares e pessoas colectivas .....	198
<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>PESSOAS SINGULARES</b> .....	201
50. Personalidade jurídica. Noção, começo e termo da personalidade. A condição jurídica dos nascituros.....	201
51. Direitos de personalidade .....	207
52. Capacidade jurídica e capacidade para o exercício de direitos .....	220
53. Capacidade negocial. Modalidades: capacidade negocial de gozo (capacidade jurídica negocial) e capacidade negocial de exercício .....	221
54. Determinação da capacidade negocial de gozo .....	223
55. Determinação da capacidade negocial de exercício. Generalidades ...	226
56. Enumeração das incapacidades de exercício estatuídas pelo novo Código Civil .....	227
57. Incapacidade dos menores .....	228
58. Incapacidade dos interditos .....	234
59. Valor dos actos praticados pelo interdito .....	236
60. Quando cessa a incapacidade dos interditos.....	241
61. Incapacidade dos inabilitados.....	241
62. Quando cessa a incapacidade dos inabilitados .....	244
63. Incapacidades (ilegitimidades) conjugais .....	244
64. Incapacidades acidentais .....	248
65. Valor dos negócios jurídicos indevidamente realizados pelos incapazes ...	249
66. Situação do insolvente .....	250
67. Capacidade e legitimidade .....	260
68. Domicílio.....	261
69. Ausência .....	264
<b>CAPÍTULO III</b>	
<b>PESSOAS COLECTIVAS</b> .....	269
70. Conceito de pessoa colectiva. Função socioeconómica do instituto da personalidade colectiva .....	269
71. Elementos constitutivos das pessoas colectivas: o substrato e o reconhecimento.....	271
72. Elementos constitutivos da pessoa colectiva: substrato e reconhecimento (cont.).....	280
73. Classificações doutrinárias das pessoas colectivas: corporações e fundações; pessoas colectivas de direito público e pessoas colectivas de direito privado....	282
74. Classificações legais das pessoas colectivas: associações, fundações e sociedades .....	292

<b>75.</b> Classificação de novos entes dotados de personalidade colectiva	303
<b>76.</b> Constituição das pessoas colectivas: formação do substrato das corporações (associações e sociedades) de direito privado.....	304
<b>77.</b> Constituição das pessoas colectivas: formação do substrato das fundações de direito privado .....	309
<b>78.</b> Constituição das pessoas colectivas: o reconhecimento; suas modalidades...	315
<b>79.</b> Capacidade para o exercício de direitos das pessoas colectivas.....	298
<b>80.</b> Capacidade jurídica (capacidade de gozo de direitos) das pessoas colectivas .....	318
<b>81.</b> Responsabilidade civil das pessoas colectivas.....	321
<b>82.</b> Capacidade das pessoas colectivas para a aquisição ou alienação de imóveis .....	325

## II

TEORIA GERAL DO OBJECTO  
DA RELAÇÃO JURÍDICA

## CAPÍTULO I

<b>GENERALIDADES</b> .....	331
----------------------------	-----

<b>83.</b> Objecto da relação jurídica. Conceito. Objecto e conteúdo.....	331
<b>84.</b> Objecto imediato e objecto mediato .....	332
<b>85.</b> Os possíveis objectos de relações jurídicas .....	333

## CAPÍTULO II

<b>AS COISAS E O PATRIMÓNIO</b> .....	341
---------------------------------------	-----

<b>86.</b> Noção jurídica de coisa .....	341
<b>87.</b> Noção de património.....	344
<b>88.</b> O fenómeno da autonomia patrimonial ou separação de patrimónios .	347
<b>89.</b> A figura do património colectivo .....	352

## III

TEORIA GERAL  
DO FACTO JURÍDICO

## Título I

## Dos factos jurídicos em geral

## CAPÍTULO I

<b>CONCEITOS E CLASSIFICAÇÃO</b> .....	355
--	-----

<b>90.</b> Noção de facto jurídico .....	355
<b>91.</b> Classificação dos factos jurídicos .....	355

<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>AQUISIÇÃO, MODIFICAÇÃO E EXTINÇÃO DE RELAÇÕES JURÍDICAS</b>	359
92. Preliminares .....	359
93. Conceito e modalidade de aquisição de direitos. Aquisição originária e aquisição derivada. Modalidades desta última .....	359
94. Importância da distinção entre aquisição derivada e aquisição originária ...	365
95. Excepções à regra geral da aquisição derivada.....	365
96. Modificação de direitos .....	371
97. Extinção de direitos .....	372

Título II

**Do negócio jurídico e do simples acto jurídico**

Subtítulo I

**Conceito, elementos e classificações**

<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>CONCEITO E ELEMENTOS</b> .....	379
98. Conceito e importância do negócio jurídico.....	379
99. Relação entre a vontade exteriorizada na declaração negocial e os efeitos jurídicos do negócio .....	380
100. Elementos dos negócios jurídicos .....	383

<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>CLASSIFICAÇÕES DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS</b> .....	385
101. Negócios jurídicos unilaterais e contratos ou negócios jurídicos bilaterais....	385
102. Negócios entre vivos e negócios « <i>mortis causa</i> » .....	389
103. Negócios consensuais ou não solenes e negócios formais ou solenes ...	392
104. Negócios consensuais e negócios reais.....	395
105. Negócios obrigacionais, reais, familiares e sucessórios .....	397
106. Negócios patrimoniais e negócios pessoais .....	398
107. Negócios causais e negócios abstractos .....	399
108. Negócios onerosos e negócios gratuitos .....	400
109. Contratos comutativos e contratos aleatórios .....	403
110. Negócios parciários .....	405
111. Negócios de mera administração e negócios de disposição.....	406

Subtítulo II

**Elementos essenciais do negócio jurídico**

<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>CAPACIDADE E LEGITIMIDADE</b> .....	411
112. Remissão.....	411

<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>A DECLARAÇÃO NEGOCIAL .....</b>	<b>413</b>
<b>Divisão I — Noções gerais .....</b>	<b>413</b>
<b>113.</b> A declaração negocial como verdadeiro elemento do negócio jurídico	413
<b>114.</b> Conceito de declaração negocial .....	413
<b>115.</b> Breve referência aos actos jurídicos de natureza não negocial.....	416
<b>116.</b> Elementos constitutivos normais da declaração negocial.....	419
<b>117.</b> Declaração negocial expressa e declaração negocial tácita.....	421
<b>118.</b> O valor do silêncio como meio declarativo.....	423
<b>119.</b> Declaração negocial presumida. Declaração negocial ficta .....	427
<b>120.</b> Protesto e reserva .....	427
<b>121.</b> Forma da declaração negocial .....	428
<b>122.</b> Perfeição da declaração negocial .....	440
<b>Divisão II — Interpretação e integração dos negócios jurídicos .....</b>	<b>441</b>
§ 1.º Interpretação.....	441
<b>123.</b> Em que consiste o problema. Posições possíveis .....	441
<b>124.</b> Posição adoptada.....	444
§ 2.º Integração.....	454
<b>125.</b> Em que consiste .....	454
<b>126.</b> Termos em que pode admitir-se .....	455
<b>Divisão III — A divergência entre a vontade e a declaração.....</b>	<b>457</b>
§ 1.º O problema em geral.....	457
<b>127.</b> Formas possíveis de divergência.....	457
<b>128.</b> O problema da divergência entre a vontade e a declaração como problema autónomo; o substrato teleológico do problema.....	460
<b>129.</b> Teorias que visam resolver o problema da divergência entre a vontade e a declaração .....	462
<b>130.</b> O problema da divergência entre a vontade e a declaração, apreciado de <i>jure condendo</i> . Discussão das teorias propostas.....	464
<b>131.</b> O problema da divergência entre a vontade e a declaração, apreciado de <i>jure condito</i> .....	465
§ 2.º A simulação .....	466
<b>132.</b> Conceito, elementos e importância prática .....	466



133. Modalidades da simulação.....	467
134. Efeitos da simulação absoluta .....	468
135. Modalidades da simulação relativa .....	469
136. Efeitos da simulação relativa.....	471
137. Se há restrições à arguição da simulação pelos próprios simuladores .....	476
138. A simulação e terceiros. Considerações gerais .....	477
139. Arguição da simulação por terceiros interessados na nulidade do negócio simulado.....	477
140. Arguição da simulação contra terceiros interessados na validade do negócio jurídico .....	479
141. Conflitos de interesses entre terceiros interessados na nulidade e terceiros interessados na validade do negócio jurídico.....	484
142. Prova da simulação .....	485
§ 3.º Outras figuras de divergência intencional .....	486
143. Reserva mental.....	486
144. Declaração não séria .....	488
§ 4.º Divergência não intencional .....	489
145. Coação física ou coação absoluta ou ablativa .....	489
146. Falta de consciência da declaração .....	490
147. Erro na declaração ou erro-obstáculo .....	492
148. Erro na transmissão da declaração .....	497
<b>Divisão IV — Vícios da vontade.....</b>	<b>498</b>
§ 1.º Noções gerais.....	498
149. Vícios da vontade. Conceito.....	498
150. Enumeração dos vícios da vontade a que o nosso direito atribui em geral relevância autónoma .....	499
151. O regime da lesão e dos vícios redibitórios no novo Código Civil ....	499
152. Qualificação da invalidade proveniente de erro vício, dolo, coação ou incapacidade accidental .....	502
§ 2.º O erro como vício da vontade .....	504
153. Noção.....	504
154. Confronto com figuras próximas.....	504
155. Modalidades .....	505
156. O problema da exclusão prévia da anulação por erro .....	506
157. Condições gerais de relevância do erro-vício como motivo de anulabilidade.....	507

<b>158.</b> Condições especiais de relevância do erro-vício como motivo de anulabilidade .....	512
<b>159.</b> Aplicação da coisa a fim diferente do declarado, erro e vinculação negocial .....	518
§ 3.º O dolo .....	521
<b>160.</b> Conceito .....	521
<b>161.</b> Modalidades .....	523
<b>162.</b> Condições de relevância do dolo como motivo de anulação .....	525
<b>163.</b> Fundamento jurídico da anulabilidade por dolo .....	528
<b>164.</b> Confronto entre as condições de relevância do dolo e as do erro .....	528
<b>165.</b> Negócio em que o dolo não tem relevância específica .....	529
§ 4.º A coacção .....	529
<b>166.</b> Conceito .....	529
<b>167.</b> Modalidades .....	530
<b>168.</b> Condições de relevância da coacção como motivo de anulabilidade .....	531
<b>169.</b> A coacção moral e o simples temor reverencial .....	534
§ 5.º O estado de necessidade e outras situações como vícios da vontade negocial ...	534
<b>170.</b> Conceito .....	534
<b>171.</b> Confronto com a coacção .....	534
<b>172.</b> Valor dos negócios jurídicos realizados em estado de necessidade ..	535
§ 6.º A incapacidade acidental .....	538
<b>173.</b> A incapacidade acidental .....	538
<b>Divisão V — A representação nos negócios jurídicos .....</b>	<b>539</b>
<b>174.</b> Conceito .....	539
<b>175.</b> Espécies .....	542
<b>176.</b> Confronto com institutos afins .....	543
<b>177.</b> Admissibilidade da representação .....	547
<b>178.</b> Pressupostos da representação .....	548
<b>CAPÍTULO III</b>	
<b>O OBJECTO NEGOCIAL .....</b>	<b>553</b>
<b>179.</b> Noção de objecto do negócio jurídico .....	553
<b>180.</b> Exigências legais relativas ao objecto dos negócios jurídicos .....	553
<b>181.</b> Consequências da inobservância dos requisitos a que deve obedecer o objecto negocial .....	559

Subtítulo III  
**Elementos acidentais dos negócios jurídicos**  
 (Cláusulas acessórias típicas gerais)

<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>CONDIÇÃO</b> .....	561
<b>182.</b> Conceito, natureza e importância da estipulação condicional .....	561
<b>183.</b> As chamadas condições impróprias .....	562
<b>184.</b> A aponibilidade da condição .....	563
<b>185.</b> Classificação das condições.....	564
<b>186.</b> Verificação e não verificação da condição .....	572
<b>187.</b> Efeitos da condição suspensiva .....	572
<b>188.</b> Efeitos da condição resolutiva.....	575
<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>TERMO</b> .....	577
<b>189.</b> Conceito.....	577
<b>190.</b> Efeitos.....	577
<b>191.</b> Aponibilidade do termo .....	577
<b>192.</b> Modalidades .....	578
<b>193.</b> Cômputo do termo .....	580
<b>CAPÍTULO III</b>	
<b>MODO, ENCARGO OU CLÁUSULA MODAL</b> .....	583
<b>194.</b> Conceito.....	583
<b>195.</b> Distinção do modo e da condição.....	583
<b>196.</b> Valor do modo impossível ou ilícito.....	585
<b>197.</b> Inadimplemento do modo .....	586
<b>CAPÍTULO IV</b>	
<b>CLÁUSULA PENAL</b> .....	589
<b>198.</b> Conceito e importância prática.....	589
<b>199.</b> Espécies de cláusulas penais e respectivo regime.....	591
<b>CAPÍTULO V</b>	
<b>CLÁUSULAS LIMITATIVAS E DE EXCLUSÃO DE RESPONSABILIDADE CIVIL</b> .....	599
<b>200.</b> Conceito e importância prática.....	599
<b>201.</b> Regime.....	601

## CAPÍTULO VI

**O PROBLEMA DA PRESSUPOSIÇÃO OU DA ALTERAÇÃO DAS CIRCUNSTÂNCIAS QUE FUNDARAM A DECISÃO DE CONTRATAR .....** 605

- 202.** Conceito ..... 605  
**203.** Critérios de relevância da alteração da base do negócio ..... 606  
**204.** Consequências ..... 612

## Subtítulo IV

**Ineficácia e invalidade dos negócios jurídicos**

- 205.** Ineficácia dos negócios jurídicos (*lato sensu*). Noção. Ineficácia *stricto sensu* e invalidade. Outras formas de ineficácia em sentido lato.... 615  
**206.** Modalidades de ineficácia em sentido estrito ..... 616  
**207.** Inexistência e invalidade (nulidade e anulabilidade) dos negócios jurídicos ..... 617  
**208.** Regime das nulidades ..... 620  
**209.** Regime das anulabilidades ..... 621  
**210.** Integração das diversas invalidades em cada uma das categorias 624  
**211.** Efeitos da declaração de nulidade e da anulação ..... 625  
**212.** Invalidade e simples irregularidade ..... 627  
**213.** A invalidade e outras formas de cessação dos efeitos negociais (resolução, revogação, caducidade e denúncia) ..... 627  
**214.** O problema da redução dos negócios jurídicos ..... 632  
**215.** O problema da conversão dos negócios jurídicos ..... 639

## Título III

**Do contrato**

- 216.** Razão de ser deste título ..... 645  
**217.** Noção e regime geral do contrato ..... 647  
**218.** As cláusulas contratuais gerais e os contratos de ou por adesão 654

## Título IV

**Eficácia do decurso do tempo nas relações jurídicas**

- 219.** Prescrição extintiva e caducidade. Remissão ..... 659  
**220.** Obrigações duradouras e obrigações de execução instantânea ..... 659

## IV

TEORIA GERAL DA GARANTIA  
DA RELAÇÃO JURÍDICA. REMISSÃO

- 221.** A garantia da relação jurídica. Remissão ..... 663

- Principais abreviaturas** ..... 671  
**Principal Bibliografia Geral** ..... 673



**GESTLEGAL**

[www.gestlegal.pt](http://www.gestlegal.pt) • [editora@gestlegal.pt](mailto:editora@gestlegal.pt)